

O G20 na Promoção da Coerência de Políticas para o Desenvolvimento como Modelo de Governança Global*

Sabrina Medeiros

Lusófona University.

Eva Cruzeiro

SOAS – University of London.

Luis Campani

InterAgency Institute.

Resumo

Este artigo tem como objetivo o aprofundamento da compreensão da Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (CPD) como uma ferramenta essencial para a governança global e uma componente fundamental para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O CPD integra as dimensões económica, social, ambiental e de governação em todas as fases da elaboração de políticas nacionais e inter-

nacionais. O artigo analisa as políticas do G20 e como estas podem ajudar a reduzir as disparidades entre o Norte e o Sul globais através da partilha de conhecimento e do desenvolvimento de capacidades em CPD, abordando as interações entre vários setores políticos e avaliando as sinergias e contradições que influenciam os resultados sustentáveis de longo prazo.

Palavras-chave: CPD, G20, Desenvolvimento Sustentável, Governança Global, ODS.

* Este artigo respeita a grafia em uso no Brasil.

Abstract

The G20 in Promoting Policy Coherence for Development as a Model of Global Governance

This paper seeks to deepen the understanding of Policy Coherence for Development (PCD) as an essential tool for global governance and a key component in achieving the Sustainable Development Goals (SDGs). PCD integrates economic, social, environmental, and governance dimensions across all stages of both domestic and international policymaking. Within the context of global governance in the 21st Century, the G20 emerges as a pivotal actor in promoting coherent policies that support

the SGD based on the Global South-North bridges and practices of knowledge transference, although the empirical evidence shows a drop-down tendency of the uses of PCD. The paper also offers an analysis on how G20 policymakers can help reduce disparities between the Global North and South through knowledge sharing and capacity building in PCD, addressing interactions among various policy sectors and assessing both the synergies and contradictions that influence long-term sustainable outcomes.

Keywords: PCD, G20, Sustainable Development, Global Governance, SDGs.

Artigo recebido: 27.11.2024

Aprovado: 02.12.2024

<https://doi.org/10.47906/ND2024.169.05>

Introdução

Desde o fim da Guerra Fria, o sistema internacional e a administração pública enfrentam problemas complexos que desafiam as estruturas tradicionais de tomada de decisão. No contexto contemporâneo, a governança global tornou-se um desafio face à crescente interdependência entre as nações e à natureza transnacional dos problemas enfrentados pela sociedade internacional a partir de desenvolvimento dotado de múltiplas camadas (Rosenau, 1992). Conforme Michael Bevir (2012), a governança global abrange um conjunto de processos que envolvem atores estatais e não-estatais em trabalho conjunto para resolver problemas coletivos. Essa definição sublinha a importância de uma premissa colaborativa e inclusiva para enfrentar desafios globais complexos, como mudanças climáticas, segurança internacional e direitos humanos. Bevir (2012) destaca que, na era da globalização, Estados-nação com estruturas limitadas de cooperação são menos eficientes em lidar com questões que transcendem suas fronteiras, exigindo, assim, estruturas de governança que englobem múltiplos atores e níveis de atuação. Müller e Lederer (2003) caracterizam a governança global como uma resposta à crise do Estado-nação tradicional, sendo necessária para a criação de mecanismos que preencham a lacuna deixada pela redução do papel do Estado no cenário global. Assim, a governança global transcenderia um mero arranjo institucional e configurara-se como um projeto político que tanto influencia quanto é influenciado pelos agentes globais.

Em complemento à reflexividade do processo de governança global, a análise das suas principais características revela distintivos marcantes que a diferenciam da governança centrada no Estado, como a descentralização do poder, o multilateralismo *multistakeholder* e redes, orientados pela ideia de governança sem governo. A descentralização do poder, por exemplo, envolve o compartilhamento de funções governamentais para atores não estatais e regimes constituídos, respondendo à crescente complexidade e interdependência dos problemas globais (Andonova, 2010; Biersteker, 2019). Nesse sentido, Bevir (2012) e Biersteker (2019) observam papel das redes de políticas transnacionais na facilitação de uma governança mais flexível e adaptável, enquanto Andonova (2010) aborda as parcerias público-privadas na implementação de políticas ambientais e de sustentabilidade, o que qualifica uma busca por eficiência para regimes de governança global.

O G20, composto pelas vinte maiores economias do mundo, desempenha um papel fundamental na governança global, funcionando não apenas como um fórum de coordenação econômica, mas também como um espaço de negociação e cooperação em temas cruciais como mudanças climáticas, inclusão social e desenvolvimento sustentável (Ruas, 2017). Além dos Estados-membros, o G20 também tem evoluído para incluir uma diversidade de atores não estatais, como organizações da sociedade civil, ONG, o setor privado e academia. Nesse sentido, o G20 é um caso prático de

como a governança global pode se manifestar em diferentes níveis, servindo como um fórum de práticas que envolve Estados centrais do Norte e do Sul Global. Isso porque o G20, do contrário de organizações internacionais que se baseiam em tratados constitucionais, opera principalmente através da evolução de práticas e precedentes (Cooper e Pouliot, 2015), de modo a permitir a transferência de conhecimento, a difusão de políticas e, também, a Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (CPD).

Desse modo, a CPD no G20 reflete a necessidade de abordar as questões de forma multisetorial. O Plano de Ação da Agenda 2030 menciona e faz referências cruzadas a vários ODS em cada um dos 15 Sectores de Desenvolvimento Sustentável (SDS), evidenciando que o G20 está a tentar superar os silos governamentais e promover uma coordenação entre diferentes sectores (Lay *et al.*, 2017). A capacidade do G20 de acomodar diferentes níveis de participação e influência de Estados do Sul Global, como os países lusófonos, demonstra a possibilidade de uma governança global que, ao mesmo tempo, reconhece a importância dos Estados emergentes e facilita a troca de conhecimento e práticas políticas.

O Plano de Ação do G20 para a Agenda 2030, adotado em 2016, reflete o compromisso do G20 em alinhar seu trabalho com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Beisheim, 2022), e isso demonstra a sua intenção de contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentável global. Portanto, há espaço para inovação no sistema de governança global a partir de regimes como o G20. Müller e Lederer (2003), por exemplo, criticam abordagens tradicionais que frequentemente desqualificam a governança global reduzindo-a a um projeto neoliberal que ocultaria estruturas de poder subjacentes. Os autores propõem uma reflexão que pondera a governança global como um fenômeno multifacetado que representa tanto uma oportunidade para transformação positiva quanto é um campo de disputas políticas. Assim, a governança global, ao lidar com a interdependência econômica, os desafios à soberania estatal e a dinâmica de cooperação e conflito, influencia profundamente as políticas e o desenvolvimento da sociedade internacional.

Este artigo tem como premissa o entendimento de que as estruturas de governança global não apenas respondem, mas também moldam ativamente as dinâmicas políticas, econômicas e sociais do século XXI, destacando as potencialidades e desafios dessa governança na promoção de um desenvolvimento sustentável e equitativo para todas as nações e povos. Além disso, tem como objetivo explorar como a estrutura da governança global, na observação do modelo em curso pelo G20, tem provocado o cumprimento dos ODS, transformando as estruturas de poder tradicionais e incorporando uma multiplicidade de atores, incluindo o Sul Global, organizações internacionais, e a sociedade civil organizada em suas variadas formas. Ao analisar o G20 como um fórum prático que facilita a transferência de conhecimento, por meio da difusão de políticas e a CPD, este estudo examina como diferentes camadas de países entre o Sul Global e o Norte Global são integradas e impactadas por

essas dinâmicas. Por meio de uma perspectiva crítica a partir da CPD, também são observados os interesses em jogo em fórum como o G20, que embora tenha como função a promoção do desenvolvimento e redução de desigualdades, também pode perpetuar desigualdades existentes.

O G20 e a Governança Global

Müller e Lederer (2003) descrevem a governança como um conceito político de difícil definição, envolto em uma gama de interesses e disputas acadêmicas, propondo uma tipologia com três enquadramentos teóricos: *governança como uma não-entidade, como uma panaceia para problemas do sistema internacional*, ou *como algo definido pelo que não é*. A primeira categoria, que vê a governança global (GG) como inexistente, está relacionada às teorias tradicionais de Relações Internacionais e à ideia de que a GG é uma extensão das teorias de interdependência complexa dos anos 1970. Essa visão sugere que, apesar das mudanças na superfície, a governança global continua a ser dominada pelas grandes potências, que moldam as regras em benefício próprio. Em contraste, Bevir (2012) define governança mais amplamente como o processo de tomada de decisões por diferentes atores, destacando menos as hierarquias e mais os mercados e redes. Essa definição sugere novas dinâmicas que exigem um arcabouço teórico atualizado, onde o poder é disperso entre múltiplos atores, incluindo o setor privado e a sociedade civil.

A visão de Rosenau (1992) fortalece essa perspectiva ao argumentar que a governança global não elimina a anarquia no sistema internacional, mas oferece uma forma de gerenciá-la sem estabelecer uma ordem política global centralizada. Isso é especialmente relevante no contexto do G20, onde a governança é conduzida por meio da cooperação entre múltiplos níveis de governo e atores não estatais. A segunda categoria de Müller e Lederer (2003) que considera a governança uma via de solução para os problemas globais busca englobar todas as novas práticas que emergem no cenário internacional.

A *Comissão sobre Governança Global* de 1995, uma iniciativa sueca com participação brasileira, exemplifica essa abordagem ao definir a GG como um processo contínuo pelo qual interesses conflitantes ou diversos são acomodados e ações cooperativas são tomadas. E assim sendo, essa definição é central para entender quais atores são influentes e como se legitimam no cenário internacional. No contexto do G20, essa visão pode ser observada nas tentativas de promover uma governança mais inclusiva e equitativa, embora as práticas possam revelar as limitações dessa abordagem.

Por fim, o terceiro enquadramento busca definir a governança pelo que ela não é, considerando-a como uma resposta política à globalização ou como uma *governança sem governo*. As ideias de Rosenau (1992), Rosenau e Czempiel (1992) e Finkelstein

(1995) ilustram a governança como um ato de governar sem autoridade soberana, desafiando as definições tradicionais e propondo uma abordagem mais inclusiva e adaptativa ao envolvimento da sociedade civil e do setor privado. Esse enquadramento é particularmente relevante no contexto do G20, onde a governança é frequentemente conduzida por regimes de interesse e redes de cooperação que operam à margem dos mecanismos tradicionais de autoridade estatal em estruturas muitas vezes minilaterais (Tavares *et al.*, in press).

Durante a presidência do G20 pela Indonésia (2022), iniciativas como o *G20 Global Partnership for Financial Inclusion* (GPFI) promoveram a participação de grupos vulneráveis, como mulheres e jovens, por meio da inclusão digital e financeira (Indonesia G20 Presidency, 2022). O foco no empoderamento de PME, mulheres e jovens, demonstrou como atores da sociedade civil podem influenciar a formulação de políticas voltadas para a inclusão financeira e digital. Da mesma forma, a presidência da Índia, em 2023, implementou uma abordagem de governança *multistakeholder*, envolvendo setores da sociedade civil e promovendo o empoderamento feminino, o desenvolvimento sustentável e a justiça climática. Esses exemplos refletem como a participação de diversos atores contribui para uma governança mais adaptativa, mesmo que, em alguns casos, a busca por consenso entre múltiplos interesses possa retardar o processo de decisão.

A presidência da Índia (2023), por meio do que ficou conhecido como abordagem “*Jan Bhagidari*” (centrada nas pessoas), ampliou ainda mais esse envolvimento ao incluir atividades relevantes, com a participação de milhões de cidadãos e organizações civis (India G20 Presidency, 2023). Esse crescente papel da sociedade civil no G20 tem criado uma governança mais inclusiva e participativa, permitindo que as políticas reflitam uma gama mais ampla de preocupações sociais e econômicas e focadas nas mudanças no nível local. Contudo, essa inclusão pode também desacelerar o processo decisório, devido às divergências entre os interesses de diversos grupos envolvidos. Hosseini e Gills (2022) afirmam que “o maior desafio é superar as alternativas contextuais específicas às narrativas totalizadoras de verdade moral” (p. 91). Para efeito do G20, isso significa que suas políticas de desenvolvimento precisam envolver uma diversidade de atores e abordagens para garantir que sejam verdadeiramente inclusivas e eficazes. Este fenômeno cria uma rede diversificada de participantes que colaboram para enfrentar desafios globais de maneira mais inclusiva e eficaz, superando as limitações da governança estritamente estatal (Andonova, 2010; Bevir, 2011). A eventual descentralização provocada pela participação cruzada com agentes da sociedade civil permite que a governança global seja mais adaptativa e responsiva, característica essencial em um contexto onde os problemas transnacionais demandam soluções inovadoras e coordenadas.

O G20, como um coletivo das maiores economias do mundo, desempenha um papel significativo na governança global, especialmente em áreas como política econômica

e comercial internacional. No entanto, o impacto do G20 nesses domínios tem sido misto e frequentemente alvo de análises críticas. Hosseini e Gills (2022) argumentam que é necessário um deslocamento profundo em direção ao estudo de alternativas emergentes aos paradigmas dominantes de desenvolvimento, frequentemente moldados pelo capital global. E ainda, afirmam que o paradigma de desenvolvimento contemporâneo é uma acumulação crescente de fracassos, destruição e descontentamento (Hosseini e Gills, 2022, p. 89).

Kirchner (2016) destaca que, embora o G20 tenha sido fundamental para evitar um retrocesso ao protecionismo da década de 1930 durante crises econômicas desde a sua criação em 1999, sua influência nas políticas comerciais nacionais é questionável, com alguns críticos argumentando que os compromissos do G20 foram amplamente irrelevantes para as estratégias comerciais dos Estados membros. Além disso, Yadav e Prem (2024) enfatizam que o G20 tem o potencial de introduzir novas perspectivas, particularmente a partir da presidência da Índia (2023) que se concentrou em mudanças climáticas, inovação digital e nos desafios enfrentados pelas nações mais pobres, temas que também ganharam destaque na presidência do Brasil (2024).

Dobson (2024) observa sobre a evolução do G20 que, embora o fórum tenha se expandido para incluir uma gama mais ampla de atores não estatais e temas, ele permanece fundamentalmente como um “clube de Estados”, onde a agenda e os resultados são fortemente influenciados pelos próprios países membros. Essa natureza centrada nos Estados do G20, apesar de sua estrutura informal e falta de um secretariado permanente, sublinha a importância contínua das estratégias nacionais na formação dos resultados da governança global, como evidenciado nas prioridades variadas e nos compromissos refletidos nos comunicados do G20.

Nesse contexto, a eficácia do G20 como mecanismo de governança global tem sido objeto de críticas, especialmente no que se refere ao seu papel na liberalização do comércio internacional. De acordo com Kirchner (2016), o G20 tem sido um veículo improvável para revitalizar o processo de liberalização comercial multilateral. Alguns analistas, como Drysdale e Dervis (2014), destacam que o comércio internacional tem sido limitado dentro da reforma macroeconômica e financeira global na agenda do G20. Embora o G20 tenha mantido um compromisso de *standstill* para evitar o protecionismo, essa iniciativa foi considerada por muitos como irrelevante para as políticas comerciais nacionais.

Barry Carin e David Short (2013) sugerem que, em comparação com o *‘beggar-thy-neighborism’* da década de 1930, onde países adotam medidas que visam remediar suas crises baseados em protecionismo que prejudica aos vizinhos, as nações do G20 mostraram uma notável moderação, mas essa seria uma métrica muito baixa para avaliar o sucesso do G20 nesse campo (Kirchner, 2016). Este ceticismo aponta para as limitações do G20 em promover mudanças significativas em áreas onde as políticas nacionais permanecem fortemente influenciadas por interesses domésticos.

Os debates em torno da governança global frequentemente encontram desafios em termos de consenso sobre sua natureza e alcance, assim como sobre a legitimidade e a eficácia dessas redes em resolver conflitos e promover a justiça global, especialmente quando interesses divergentes entram em jogo. O G20, nesse contexto, funciona como um microcosmo dessa dinâmica, onde a inclusão de atores do Sul Global e o compartilhamento de poder com economias emergentes, embora desejável, ainda enfrenta resistências significativas.

A Coerência de Políticas para o Desenvolvimento no G20

A Coerência de Políticas para o Desenvolvimento aparece em documentos recentes de regimes com foco em impacto econômico e social e em escassa literatura. A OCDE (2014) define CPD como uma abordagem e instrumento de políticas públicas que integra as diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável em todos os estágios da formulação de políticas nacionais e internacionais. Seus principais objetivos são: lidar com os *spillovers* negativos de políticas nacionais nos planos de longo-prazo de desenvolvimento; aumentar a capacidade dos governos de identificar *trade-offs* e reconciliar políticas domésticas com objetivos acordados internacionalmente; e fomentar sinergias entre domínios de intervenção econômico, social e ambiental para apoiar o desenvolvimento sustentável (OCDE, 2014).

A CPD é uma abordagem integral para lidar com problemas complexos e interligados, buscando reforçar capacidades governamentais e garantir que as políticas de um governo não prejudiquem os objetivos de desenvolvimento. Esta abordagem enfoca alocações de recursos e prioridades políticas, permitindo uma análise objetiva e quantificável da coerência das políticas públicas, utilizada na avaliação de seu alinhamento com os objetivos de desenvolvimento sustentável (OECD, 2015; IMVF, 2018; Guerrero e Castañeda, 2020). A CPD visa garantir que políticas setoriais não tenham impactos prejudiciais nos países em desenvolvimento, destacando a importância de políticas alinhadas com o princípio do desenvolvimento sustentável, evitando contradições e buscando sinergias (IMVF, 2018).

Marcela Aguiar (2017) define os elementos-chave das CPD como atores governamentais em todas as escalas, mecanismos de influência entre políticas e condições que afetam o desenvolvimento sustentável. Esses elementos incluem fatores que propiciam ou desafiam os resultados políticos, desde insumos institucionais como conhecimento e recursos até saídas e resultados políticos que refletem as mudanças sociais desejadas. Desde o Tratado de Maastricht (1992), a CPD ganhou um interesse renovado, evoluindo com a Declaração de Busan e a definição da Agenda 2030, que também abordaram o tema. A União Europeia, por exemplo, assumiu compromissos com a CPD em acordos com países em desenvolvimento, como o *Acordo de Cotonou*, e colocou a sustentabilidade como o centro das políticas de coerência a partir dos ODS, expandindo o escopo das

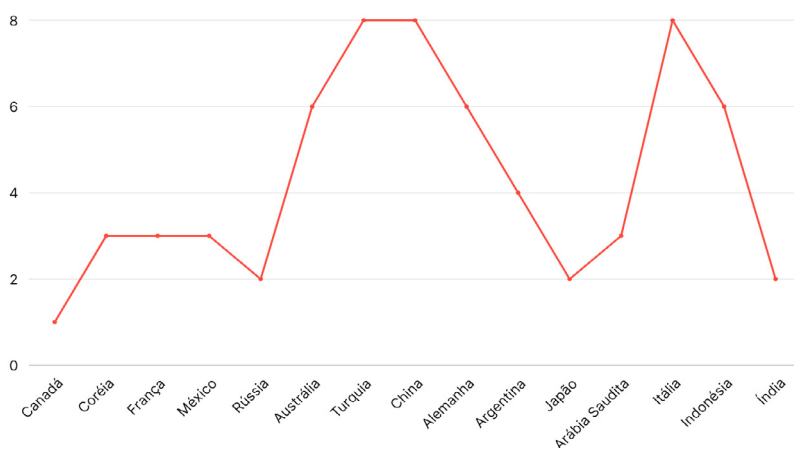
políticas de coerência para incluir todos os países, independentemente de seu nível de desenvolvimento (Ferreira, n.d.; Shawoo *et al.*, 2022; OECD, 2015). Por sua vez, as metas do ODS 17.3 promovem a ampliação da Coerência das Políticas para o Desenvolvimento sustentável, definida como uma ferramenta política para integrar as dimensões sociais, econômicas e ambientais do desenvolvimento em todas as fases da elaboração de políticas (Shawoo *et al.*, 2022).

Shawoo *et al.* (2022) enfatizam a importância de uma política coerente para a implementação eficaz de estratégias políticas globais por meio da necessidade de alinhamento de ideias, instituições e interesses para explorar fenômenos políticos. Nesse modelo, a capacidade institucional e a transparência são cruciais, assim como o envolvimento de intervenientes não estatais e a liderança na coerência política para garantir a participação e a consulta pública na formulação de políticas. Este enquadramento reforça a relevância da CPD para a agenda do G20, motivando a escolha do tema e sublinhando a necessidade de uma abordagem integrada que respeite a complexidade dos desafios contemporâneos, facilitando a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável delineados na Agenda 2030.

O G20 tem reconhecido cada vez mais a importância da CPD como um fator crucial para o avanço da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, especialmente ao enfrentar os desafios interconectados que abrangem as dimensões econômica, social e ambiental, como na Declaração de Hangzhou, na qual a Cúpula do G20 prometeu ampliar a CPD (European Commission, 2016).

A observação da utilização da Coerência de Políticas para o Desenvolvimento na agenda do G20 aponta algumas diferenças entre as últimas edições, como é possível observar no gráfico abaixo.

Figura 1
**Número de documentos mencionado “Coerência de Políticas”
por presidência do G20 até 2023**

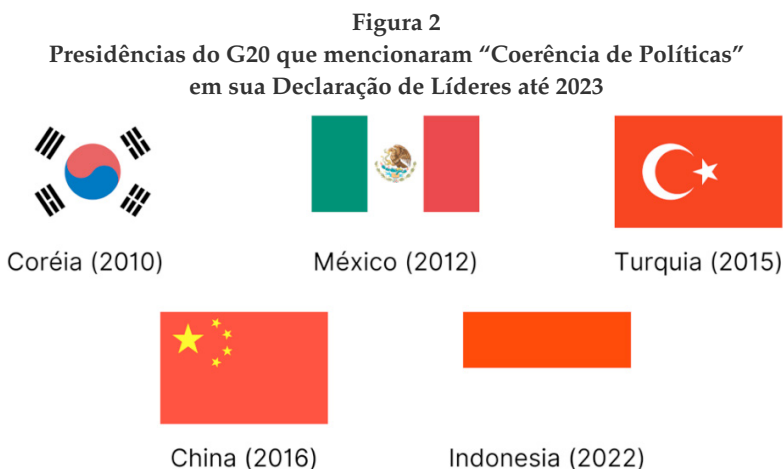


Uma questão relevante é a relação entre os países do Norte e do Sul Global, que desempenha um papel fundamental na transferência de conhecimento e na implementação das CPD. No entanto, África e seus interesses estão sub-representados no G20, o que limita o potencial de parcerias com o continente africano para gerar impactos significativos em áreas como agricultura sustentável e energia renovável (Lay *et al.*, 2017). Essas desigualdades também se refletem nas políticas de investimento e comércio. As economias africanas enfrentam um ambiente de políticas comerciais imprevisíveis, o que prejudica tanto o comércio quanto os fluxos de investimento (Lay *et al.*, 2017). Por isso, o G20 deve reforçar os mecanismos de CPD para garantir que suas políticas comerciais e de investimento promovam o crescimento econômico de maneira alinhada com os objetivos de desenvolvimento sustentável, ajudando a reduzir as desigualdades globais.

Ao longo das últimas cúpulas, o G20 tem reforçado seu compromisso com a promoção de políticas coerentes para o desenvolvimento. Na Cúpula de Seul (2010), o *Seoul Development Consensus for Shared Growth* sublinhou a importância de apoiar o crescimento em países de baixa renda, garantindo que as políticas internas dos países membros estivessem alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (MDGs). Já na Cúpula de Los Cabos (2012), o *Los Cabos Growth and Jobs Action Plan* enfatizou a necessidade de políticas coordenadas para promover o crescimento sustentável, especialmente através de investimentos em infraestrutura e inclusão social e financeira. A Cúpula de Brisbane (2014) marcou a introdução do *G20 Food Security and Nutrition Framework*, destacando o papel das políticas coerentes no fortalecimento das cadeias de valor agrícolas e na promoção da segurança alimentar. Finalmente, na cúpula de Hangzhou (2016), o G20 fez uma conexão direta entre suas políticas e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, reafirmando o compromisso de alinhar suas ações com os ODS e promover políticas que abordem de forma coerente as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável.

Ao propor e liderar forças-tarefa como a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e a Mobilização Global contra a Mudança do Clima, o Brasil reforça o papel do G20 como um espaço flexível e inclusivo para discussões além das questões macroeconômicas. Essa postura é significativa para países em desenvolvimento que compartilham esses desafios e procuram maior representatividade e impacto nas políticas globais. Em edição especial do *Cadernos Adenauer*, Albuquerque aponta que o G20 oferece um fórum adaptável onde países do Sul podem influenciar a agenda internacional, promovendo uma governança que se aproxima das demandas de uma base mais ampla e diversificada de *stakeholders*, incluindo a sociedade civil e o setor privado (Albuquerque *et al.*, 2024).

Ao levantarmos os dados sobre os documentos do G20 que mencionam “Policy Coherence” (Coerência de Políticas), foram encontrados 67 documentos até 2024¹, dos quais, apenas cinco são declarações de líderes. Desde 2010, a primeira vez que o termo foi utilizado em um documento produzido no contexto G20, todas as presidências usaram o termo em mais de um documento. A lista completa dos documentos que mencionam o termo está disponível no apêndice no final do texto.



Embora o G20 tenha feito avanços significativos em promover a CPD, ainda existem desafios substanciais na implementação prática das suas políticas. Em particular, o grupo enfrenta dificuldades em estabelecer mecanismos eficazes de monitoramento e prestação de contas. Conforme apontado, “the G20 should establish stronger policy coherence and accountability mechanisms to ensure the commitments towards sustainable development are met” (Beisheim, 2024). Esta ausência de estruturas robustas cria um fosso entre os compromissos do G20 e os resultados práticos, o que limita o progresso no cumprimento da Agenda 2030. Além disso, as contradições políticas entre os membros do G20 dificultam uma aplicação coerente das políticas. Como observado, *trade-offs* que não são tratados adequadamente afetam a capacidade do G20 de alinhar suas ações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Beisheim, 2024). Isso reflete a complexidade de integrar dimensões econômicas, ambientais e sociais de forma coerente, dado os diferentes interesses nacionais.

Outro problema central é a falta de envolvimento de atores não estatais, como ONG e o setor privado, no processo de formulação de políticas. A participação limitada desses atores impacta negativamente a transparência e a prestação de contas, resul-

1 A presidência Brasileira de 2024 ainda está em andamento, então documentos atuais podem não refletir a totalidade o uso do termo para a mesma.

tando em uma implementação menos inclusiva e eficaz das políticas coerentes do G20 (Beisheim, 2024). Hosseini e Gills (2022) argumentam que a crise contemporânea, caracterizada por crises ecológicas e econômicas, exige alternativas progressistas e transformadoras. Eles afirmam que “as anomalias entre teoria e realidade só podem ser resolvidas com *insights* de forças radicais no terreno” (Hosseini e Gills, 2022, p. 90). Lay *et al.* (2017) destacam a necessidade de romper com os núcleos políticos dentro das estruturas governamentais para permitir abordagens políticas coerentes e coordenadas que possam efetivamente aproveitar sinergias e gerenciar os *trade-offs* entre diferentes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

As iniciativas do G20, como o Quadro Plurianual de Coerência e Coordenação de Políticas para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, ilustram os esforços para adotar estratégias de “governo como um todo” que integrem vários setores e partes interessadas, incluindo a sociedade civil, para aumentar a eficácia das intervenções políticas. Além disso, Kirton e Wang (2022) destacam o papel em evolução do G20 na governança do desenvolvimento, notando o progresso significativo feito desde a cúpula de Seul em 2010 na integração do desenvolvimento na agenda do G20. A capacidade de gerir *trade-offs* entre diferentes ODS é uma característica central da CPD no G20. A CPD ajuda a garantir que as políticas de crescimento econômico ou de redução de emissões, por exemplo, não agravem as desigualdades sociais, abordando as compensações necessárias de forma coordenada e eficaz. (Lay *et al.*, 2017). Esse progresso é particularmente evidente no aumento do número de compromissos de desenvolvimento e no alinhamento da agenda de desenvolvimento do G20 com a Agenda 2030 da ONU.

De forma semelhante, Lesage e Wouters (2022) discutem como a agenda de desenvolvimento do G20 foi moldada pela necessidade de abordar as preocupações das potências emergentes e do Sul Global, especialmente no contexto da crise da COVID-19. Os autores ressaltam o potencial do G20 como uma plataforma de governança única que não apenas facilita a deliberação entre as grandes potências, mas também promove uma maior participação de atores não estatais, incluindo a sociedade civil, na formulação de políticas globais de desenvolvimento. Agarwal e Whalley (2020) observam que, apesar da expansão do G20 de um foco inicial na gestão de crises – particularmente após a crise financeira global de 2008 – para uma agenda de desenvolvimento mais ampla, as suas contribuições para o desenvolvimento global continuam limitadas por diversos fatores estruturais e de legitimidade. A ausência de recursos diretos sob seu controle, a falta de uma estrutura legal clara e o questionamento de sua legitimidade, especialmente devido à exclusão da maioria dos países em desenvolvimento de sua composição, comprometem o impacto do G20 em áreas decisivas.

O Consenso de Desenvolvimento de Seul, adotado em 2010, representa um avanço importante, particularmente em áreas como segurança alimentar e infraestrutura.

O G20 tem um papel mais efetivo ao fornecer um quadro para iniciativas interagências do que ao tentar liderar de forma independente as políticas globais de desenvolvimento. Agarwal e Whalley (2020) também sugerem que, para o G20 maximizar seu impacto, seria necessário adotar uma abordagem mais ativista, incluindo a promoção de uma gestão global de recursos mais eficiente e o fortalecimento de um marco legal internacional para o desenvolvimento. Contudo, tais mudanças estruturais e jurídicas são vistas como desafiadoras e de longo prazo, indicando que as contribuições atuais do G20, embora significativas, ainda são modestas em relação ao potencial necessário para um impacto global robusto.

Rwigema (2023) complementa essa análise ao destacar o potencial do G20 em construir alianças estratégicas, particularmente com a União Africana (UA), visando a promoção do desenvolvimento sustentável no continente africano. Através de iniciativas como o Compacto com a África (CwA), o G20 tem demonstrado um papel construtivo em apoiar as agendas de desenvolvimento regional, alinhando-se com marcos estratégicos como a Agenda 2063 da UA e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU. O caso de Ruanda é emblemático nesse contexto, pois o país conseguiu utilizar o CwA para acelerar sua transformação econômica, demonstrando como uma forte cultura de reformas pode compensar a escassez de recursos naturais. Contudo, Rwigema também ressalta as limitações da capacidade de Ruanda em influenciar o desenvolvimento em uma escala regional mais ampla, o que sublinha a necessidade de um engajamento mais inclusivo e profundo do G20 com um maior número de países africanos.

Nesse contexto, a aplicação da CPD é fundamental para alcançar metas de desenvolvimento sustentável, e o G20, como um dos principais fóruns de governança global, desempenha um papel crucial na promoção de políticas integradas que enfrentem desafios globais com foco na capacidade de produzir mudança no nível local (Shawoo *et al.*, 2022). Neste contexto, reformas institucionais, particularmente em entidades como a União Europeia, a União Africana e o sistema econômico e financeiro global, são vistas como essenciais para uma governança global mais justa e eficiente (Ferreira, 2017), reunindo ativos e responsabilidades do Norte Global em relação ao Sul Global, sobretudo levados em conta processos de exploração econômica colonial e pós-colonial. Em 2024, a presidência brasileira do G20 ressalta a necessidade de políticas coerentes que promovam inclusão social e combatam desigualdades, contribuindo para o desenvolvimento sustentável de forma mais ativa, apesar de que a CPD tenha perdido espaço no contexto recente.

Essas reformas têm potencial para fortalecer a capacidade dessas instituições de coordenar políticas de maneira mais eficaz, garantindo que iniciativas globais se alinhem e contribuam para objetivos comuns, tais como a redução das desigualdades e a promoção do desenvolvimento sustentável em escala mundial (Guerrero e Castañeda, 2020). Deste modo, o G20, com sua influência e alcance global, está

posicionado de forma única para liderar esses esforços, impulsionando reformas que promovam uma governança mais coerente e capacitada para responder aos desafios complexos do mundo contemporâneo.

A resistência na implementação de políticas públicas, frequentemente baseada em estratégias voltadas à elegibilidade política, pode obscurecer o entendimento dos impactos das políticas dos países desenvolvidos nos países em desenvolvimento. A CPD parece vital para abordar desafios globais em resposta à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de maneira mais específica. O Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF, 2018) sublinha que a CPD é crucial para assegurar que as políticas de desenvolvimento não sejam comprometidas por outras políticas com impactos adversos nos países em desenvolvimento, para os quais a jornada de implementação das CPD é particularmente desafiadora.

O desenvolvimento de mecanismos para medir e aprimorar a coerência das políticas públicas é vital para assegurar que estas estejam alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Guerrero e Castañeda (2020) sugerem que a coerência das políticas poderia ser medida através de um índice baseado na distribuição de recursos e consequências factuais. A CPD é indispensável para um desenvolvimento sustentável inclusivo, garantindo que as políticas governamentais operem de forma integrada e minimizem contradições enquanto maximizam os benefícios mútuos.

Guerrero e Castañeda (2020) destacam a importância de considerar os *spillovers* internacionais das políticas nacionais, realçando a necessidade de políticas que avaliem seus impactos além das fronteiras nacionais; e isso é particularmente relevante nas discussões do G20, onde decisões de grandes economias podem ter vastas implicações globais. A necessidade de uma coordenação efetiva entre políticas de cooperação para o desenvolvimento é evidenciada pela nova agenda internacional e requer uma harmonização entre políticas que influenciam o desenvolvimento sustentável (OECD, 2015). Nesse caso, a CPD serve ao maximizar benefícios mútuos e minimizar conflitos de interesses, sendo fundamentais para uma implementação efetiva dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Além disso, a CPD fortalece a governança global e a responsabilidade compartilhada, por meio do espalhamento de boas práticas.

Conclusão

A governança global, ao lidar com a interdependência econômica, os desafios à soberania estatal, e a dinâmica de cooperação e conflito, molda profundamente o desenvolvimento da sociedade internacional. A análise dessas características e condicionantes revela tanto as oportunidades quanto os desafios da governança global na promoção de um desenvolvimento sustentável e equitativo. O G20, como

uma aliança informal, tem um papel decisivo na construção de políticas que sejam coerentes e que promovam o bem-estar global. A análise da governança global revela uma complexa rede de interdependências que continuamente reconfiguram a política e a economia mundiais. Destacam-se características como a descentralização do poder, o multilateralismo e as redes de governança, além da concepção de uma governança sem governo centralizado, adaptando-se às exigências contemporâneas onde desafios transnacionais demandam soluções coletivas.

Essencialmente, a CPD emerge como uma abordagem que visa alinhar as políticas de desenvolvimento com os objetivos sustentáveis globais, minimizando contradições e maximizando sinergias entre diferentes políticas. A CPD não só aborda as interconexões entre políticas setoriais como agricultura, comércio e segurança, mas também enfatiza a importância de alinhar essas políticas com os princípios do desenvolvimento sustentável para não prejudicar os países em desenvolvimento. Integrar a CPD dentro da estrutura da governança global acentua a capacidade de difusão de políticas bem-sucedidas, estabelecendo um regime cooperativo para o desenvolvimento que se concentra em políticas públicas e transferência de conhecimento. Este modelo promove a partilha de melhores práticas e experiências entre as nações, essencial para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) delineados pela Agenda 2030.

Considerando as limitações da governança global, como desafios de legitimidade democrática e eficácia, é crucial que a inclusão de atores não-estatais e a promoção de práticas de governança transparentes e responsáveis sejam reforçadas. Andonova (2010) e Biersteker (2019) salientam que redes de políticas transnacionais e parcerias público-privadas podem aprimorar a coordenação e eficácia na implementação de políticas globais, assegurando que a governança global seja mais equitativa e justa. Além disso, Andonova (2014) destaca a necessidade de desenvolver mecanismos de governança resilientes e adaptativos que possam responder rapidamente às crises e promover práticas sustentáveis. Essa evolução da governança global deve buscar uma maior inclusão de atores diversos, especialmente de países em desenvolvimento e comunidades marginalizadas, para garantir uma representação mais equitativa nas decisões globais.

Nesse contexto, o G20 pode ser visto como um fórum onde essas diferentes abordagens se encontram e se confrontam. O grupo representa tanto uma tentativa de criar uma governança global mais inclusiva e responsiva quanto uma arena onde as velhas dinâmicas de poder continuam a se manifestar. A participação de países do Sul Global no G20, embora simbolicamente importante, muitas vezes revela as limitações de uma governança que ainda luta para conciliar as demandas de equidade com as realidades do poder global. A discussão sobre a governança global, portanto, deve continuar a explorar essas tensões e desafios, reconhecendo as contribuições teóricas e práticas que diferentes atores e perspectivas trazem para o debate.

À guisa de conclusão, a implementação da CPD é imperativa para enfrentar os desafios contemporâneos e promover um desenvolvimento sustentável e equitativo. Através da inclusão, transparência e adaptabilidade, essas abordagens podem evoluir para melhor atender às necessidades de uma sociedade internacional interconectada e complexa. A colaboração contínua entre Estados, organizações internacionais, empresas e sociedade civil é fundamental para alcançar esses objetivos.

Referências

- Agarwal, M., e Whalley, J. (2020). What realistically can the G20 contribute to development?. In *Economics of G20: A World Scientific Reference Vol 1: Developing Countries and the Need for G20* (pp. 53-73). World Scientific.
- Aguiar, M. N. (2017). *Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e coerência em políticas: Recomendações da OCDE na edição 2016 de Better Policies for Sustainable Development* (Material Didático-Instrucional Complementar para Vídeo-Aulas, 31 de janeiro de 2017). <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/2853/A%20Agenda%202030%20para%20o%20Desenvolvimento%20Sustentável%20e%20Coerência%20de%20Políticas%20-%20Marcela%20Nunes%20Aguiar.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acessado em 23 de agosto de 2024.
- Albuquerque *et al.* (2024). Fundação Konrad Adenauer. G20 no Brasil. *Cadernos Adenauer*, XXV(2). Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.
- Andonova, L. B. (2010). Public-private partnerships for the earth: Politics and patterns of hybrid authority in the multilateral system. *Global Environmental Politics*, 10(2), 25-53. <https://doi.org/10.1162/glep.2010.10.2.25>
- Andonova, L. B. (2014). Boomerangs to partnerships? Explaining state participation in transnational partnerships for sustainability. *Comparative Political Studies*, 47(3), 481-515. <https://doi.org/10.1177/0010414013509579>
- Beisheim, M. (2024). *The G20 and the 2030 Agenda for Sustainable Development: How to Strengthen Policy Coherence and Accountability*. Sustainable Development Solutions Network.
- Bevir, M. (2011). *The Sage handbook of governance*. Sage Publications.
- Bevir, M. (2012). *Governance: A very short introduction*. Oxford University Press.
- Biersteker, T. (2019). *The role of transnational policy networks in informal governance*. The Graduate Institute, Geneva.
- Cooper, A. F., e Pouliot, V. (2015). How much is global governance changing? The G20 as international practice. *Cooperation and Conflict*, 50(3), 334-350. <https://doi.org/10.1177/0010836715576573>
- Derviş, K., e Drysdale, P. (Eds.). (2014). *The G-20 summit at five: Time for strategic leadership*. Brookings Institution Press.
- Dobson, H. (2024). *Unpacking the G20: Insights from the summit*. In *Unpacking the G20*. Edward Elgar Publishing.
- European Commission. (2016). G20 Leaders' Communique Hangzhou Summit. Retrieved from https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/fr/STATEMENT_16_2967

- Ferreira, P. M. (2017). A Coerência das Políticas para o Desenvolvimento: Um instrumento em prol do desenvolvimento?. *Cadernos de Estudos Africanos*, (34), 31-63.
- Finkelstein, L. S. (1995). What is global governance?. *Global governance*, 1(3), 367-372.
- G20 (2010). *The Seoul Summit Document*. G20 Research Group, University of Toronto. <https://www.g20.utoronto.ca/2010/g20seoul.html>
- G20 (2012). *The Los Cabos Growth and Jobs Action Plan*. G20 Research Group, University of Toronto. https://www.g20.utoronto.ca/2012/g20_loscabos.html
- G20 (2014). *The Brisbane Summit Communiqué*. G20 Research Group, University of Toronto. https://www.g20.utoronto.ca/2014/g20_brisbane.html
- G20 (2016). *The Hangzhou Summit Communiqué*. G20 Research Group, University of Toronto. <https://www.g20.utoronto.ca/2016/160905-communicue.html>
- Guerrero, O. A., e Castañeda, G. (2020). Quantifying the coherence of development policy priorities. *Development Policy Review*. <https://doi.org/10.1111/dpr.12498>
- Hosseini, S. A. H., e Gills, B. K. (2022). *Globalisation versus development: Beyond dualism*. In H. Veltmeyer e P. Bowles (Eds.), *The Essential Guide to Critical Development Studies* (2nd ed., pp. 85-91). Routledge.
- India G20 Presidency (2023). *India's G20 Presidency: A Synopsis*. G20 Indonesia G20 Presidency. (2022). *Indonesia G20 Presidency Annual Priorities Paper*. G20.
- Kirchner, S. (2016). The G20 and global governance. *Cato Journal*, 36(3), 485-506.
- Kirton, J., e Wang, A. X. (2022). G20 development governance. In *The G20, Development and the UN Agenda 2030* (pp. 25-51). Routledge.
- Lay, J., Brandi, C., Das, R. U., Klein, R., Thiele, R., Alexander, N., e Scholz, I. (2017). Coherent G20 policies towards the 2030 Agenda for Sustainable Development. *G20 Insights*, 1-11.
- Lesage, D., e Wouters, J. (2022). Introduction: The G20, development and the UN 2030 agenda. In *The G20, Development and the UN Agenda 2030* (pp. 1-22). Routledge.
- Müller, M., e Lederer, M. (2003). Reflecting on global governance: Demarcating the politics of global governance. In *Challenging global governance: A critical perspective* (pp. 1-19).
- Müller, M., e Lederer, M. (2021). *Challenging global governance: A critical perspective*.
- OECD (2014). *Better Policies for Development 2014: Policy Coherence and Illicit Financial Flows*, OECD Publishing. doi: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264210325-en>
- OECD. (2015). *Better policies for development 2015: Policy coherence and green growth*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/9789264236813-en>
- Partido Comunista Português, (n.d.). *Relatório – “Coerência das políticas para o desenvolvimento”*. Acessado em 22 de agosto de 2024, de <https://www.pcp.pt/relatorio-coerencia-das-politicas-para-desenvolvimento>
- Renz, D. O., e Andersson, F. O. (2014). Nonprofit governance: A review of the field. In *Nonprofit governance – Innovative perspectives and approaches* (pp. 17-46).
- Rosenau, J. N. (1992). *Governance without government: Order and change in world politics*. Cambridge University Press.

- Rosenau, J. N. (1992). *Governance without Government: Order and Change in World Politics*. Cambridge University Press.
- Ruas, A. A. (2017). *Governança global: Estratégias internacionais de boa governança e os dilemas na reestruturação dos blocos econômicos* [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais]. Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, Brasil. https://bib.pucminas.br/teses/Direito_RuasAAn_1.pdf
- Rwigema, P. C. (2023). G20 and African Union development: Building alliances for sustainable development. *The Strategic Journal of Business & Change Management*, 10(1), 38-79.
- Shawoo, Z., Maltais, A., Dzebo, A., e Pickering, J. (2022). Political drivers of policy coherence for sustainable development: An analytical framework. *Environmental Policy and Governance*, 32(6), Article e2039. <https://doi.org/10.1002/eet.2039>
- Tavares, A., Gasparyan, A., Costa, C. M., Palmeira, J., Duarte, P. A. B., e Medeiros, S. E. (in press). Sino-Brazilian cooperation in analysis: Bilateralism, multilateralism, and minilateralism. *JANUS.NET, e-journal of International Relations*.
- Thorstensen, V. H., e Mota, C. R. (2020). Governança pública e sustentabilidade. *Working Paper Series*, 32, São Paulo School of Economics, FGV.
- Yadav, B. K., e Prem, A. (2023). *G20's impact on the world*. Retrieved from <https://gitarattan.edu.in/wp-content/uploads/2024/06/16.-G20S-IMPACT-ON-THE-WORLD.pdf> Acessado em 23 de agosto de 2024.

Apêndice

Tabela 1
**Documentos do G20 Mencionando “Policy Coherence” (Coerência de Políticas),
pelos autores.**

Documento	Nível	Ano	Presidência
G20 Labor and Employment Ministers’ Recommendations to G20 Leaders	Declaração Ministerial	2010	Canadá
Annex II to Seoul Summit Document – Multi-Year Action Plan on Development	Anexos dos Líderes	2010	Coréia
THE SEOUL SUMMIT DOCUMENT	Declaração dos Líderes	2010	Coréia
Action Plan on Food Price Volatility and Agriculture	Declaração Ministerial	2011	Coréia
Annexes to Action Plan on Food Price Volatility and Agriculture	Anexo Ministerial	2011	França
G20 Labour and Employment Ministers’ conclusions	Declaração Ministerial	2011	França
French G20 Presidency 2011 – A snapshot of steps taken and progress made 2008-2011	Diverso	2011	França
Labour and Employment Ministers Conclusions	Declaração Ministerial	2012	México
Annex to Labour and Employment Ministers Conclusions – Task Force conclusions of the G20 Strategies on Youth Employment	Anexo Ministerial	2012	México
G20 Leaders Declaration	Declaração dos Líderes	2012	México
St. Petersburg Accountability Report on G20 Development Commitments	Anexos dos Líderes, Documentos do Grupo de Trabalho	2013	Rússia
St. Petersburg Development Outlook	Declaração dos Líderes, Documentos do Grupo de Trabalho	2013	Rússia
G20 Response to 2014 Reports BEPS and AEOI for Developing Economies	Documentos do Grupo de Trabalho	2014	Austrália
G20 DWG 2014 Annual Progress Report	Documentos do Grupo de Trabalho	2014	Austrália
FAO and OECD Food Security and Nutrition Review	Documentos do Grupo de Trabalho	2014	Austrália

[continua]

Documento	Nível	Ano	Presidência
G20 Food Security and Nutrition Framework	Anexos dos Líderes, Documentos do Grupo de Trabalho	2014	Austrália
2014 Brisbane Development Update	Anexos dos Líderes, Documentos do Grupo de Trabalho	2014	Austrália
Development Working Group Accountability Framework	Anexos dos Líderes, Documentos do Grupo de Trabalho	2014	Austrália
G20 DWG 2015 Annual Progress Report	Documentos do Grupo de Trabalho	2015	Turquia
Final Communiqué	Declaração Ministerial	2015	Turquia
Chair's Statement – Joint Meeting of G20 Finance and Labor Ministers	Declaração Ministerial	2015	Turquia
G20 Skills Strategy	Anexos dos Líderes, Anexo Ministerial	2015	Turquia
G20&OECD High-Level Principles on SME Financing	Anexos dos Líderes	2015	Turquia
G20 and Low Income Developing Countries Framework	Anexos dos Líderes	2015	Turquia
G20 Leaders' Communiqué	Declaração dos Líderes	2015	Turquia
Annex to G20 Leaders' Communiqué	Anexos dos Líderes	2015	Turquia
Statement – G20 Trade Ministerial Meeting	Declaração Ministerial	2016	China
G20 Strategy for Global Trade Growth	Anexos dos Líderes, Anexo Ministerial	2016	China
Declaration on Innovation and Inclusive Growth – Decent Work, Enhanced Employability and Adequate Job Opportunities	Declaração Ministerial	2016	China
Annex to Innovation and Inclusive Growth – Decent Work, Enhanced Employability and Adequate Job Opportunities	Anexo Ministerial	2016	China
G20 Action Plan on the 2030 Agenda for Sustainable Development	Anexos dos Líderes, Documentos do Grupo de Trabalho	2016	China
Hangzhou Comprehensive Accountability Report on G20 Development Commitments	Anexos dos Líderes, Documentos do Grupo de Trabalho	2016	China

[continua]

Documento	Nível	Ano	Presidência
Annex to G20 Leaders' Communiqué Hangzhou Summit	Anexos dos Líderes	2016	China
G20 Leaders' Communiqué – Hangzhou Summit	Declaração dos Líderes	2016	China
Hamburg Update – Taking Forward the G20 Action Plan on the 2030 Agenda for Sustainable Development	Anexos dos Líderes, Documentos do Grupo de Trabalho	2017	Alemanha
G20 Initiative for Rural Youth Employment	Anexos dos Líderes, Documentos do Grupo de Trabalho	2017	Alemanha
G20 Agriculture Ministers' Action Plan 2017	Declaração Ministerial	2017	Alemanha
HAMBURG ANNUAL PROGRESS REPORT ON G20 DEVELOPMENT COMMITMENTS	Anexos dos Líderes, Documentos do Grupo de Trabalho	2017	Alemanha
G20 Agriculture Ministers' Declaration 2017	Declaração Ministerial	2017	Alemanha
Ministerial Declaration – Towards an Inclusive Future	Declaração Ministerial	2017	Alemanha
Buenos Aires Annual Progress Report	Documentos do Grupo de Trabalho	2018	Argentina
Global Forum on Steel Excess Capacity. Ministerial Report	Anexos dos Líderes	2018	Argentina
Ministerial Report – Global Forum on Steel Excess Capacity	Declaração Ministerial	2018	Argentina
Buenos Aires Update – Moving Forward the G20 Action Plan on the 2030 Agenda for Sustainable Development	Anexos dos Líderes, Documentos do Grupo de Trabalho	2018	Argentina
Osaka Update on the G20 Action Plan on the 2030 Agenda for Sustainable Development	Anexos dos Líderes, Documentos do Grupo de Trabalho	2019	Japão
Osaka Comprehensive Accountability Report on G20 Development Commitments	Anexos dos Líderes, Documentos do Grupo de Trabalho	2019	Japão
Ministerial Declaration – G20 Labour and Employment Ministers	Declaração Ministerial	2020	Arábia Saudita
G20 Agriculture and Water Ministers Communiqué	Declaração Ministerial	2020	Arábia Saudita

[continua]

Documento	Nível	Ano	Presidência
Financing for Sustainable Development Framework	Anexos dos Líderes, Documentos do Grupo de Trabalho	2020	Arábia Saudita
Annex II – Update of the G20 Action Plan	Anexo Ministerial	2021	Itália
Communiqué Second G20 Finance Ministers and Central Bank Governors Meeting	Declaração Ministerial	2021	Itália
Annex 2 G20 Policy Principles to ensure access to adequate social protection for all in a changing world of work	Anexo Ministerial	2021	Itália
G20 Labour and Employment Ministerial Declaration	Declaração Ministerial	2021	Itália
G20 Development Communiqué	Declaração Ministerial	2021	Itália
OECD Report. Aligning Recovery Measures with Climate and Environmental Objectives	Diverso	2021	Itália
G20 Rome Update on 2030 Agenda	Anexos dos Líderes, Documentos do Grupo de Trabalho	2021	Itália
FFSD – Framework for Support to INFFs – Principles Sustainability-Related Financial Instrument – Vision SDG Alignment	Anexos dos Líderes, Documentos do Grupo de Trabalho	2021	Itália
G20 Chair’s Summary on Multilateralism for Sustainable Development Goals	Declaração Ministerial	2022	Indonésia
G20 Roadmap for Stronger Recovery and Resilience in Developing Countries, including Least Developed Countries and Small Island Developing States	Anexo Ministerial	2022	Indonésia
Update of the G20 Skills Strategy	Anexo Ministerial	2022	Indonésia
G20 Chair’s Summary – Trade, Investment and Industry Ministers Meeting	Declaração Ministerial	2022	Indonésia
G20 Compendium on Promoting Investment for Sustainable Development	Anexo Ministerial	2022	Indonésia
G20 Bali Leaders’ Declaration	Declaração dos Líderes	2022	Indonésia
G20 2023 Action Plan on Accelerating Progress on the SDGs	Declaração Ministerial	2023	Índia
Report Education Policies and Programmes in G20 Countries	Diverso	2023	Índia
Annex 1 G20 Policy Priorities to Reduce Inequalities in the World of Work	Anexo Ministerial	2024	Brasil